



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS – CCHA  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES – DLH  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

**ERLANY GOMES DA SILVA**

**O BILINGUISMO COMO METODOLOGIA PARA A INCLUSÃO DE SURDOS NA  
ESCOLA E NA SOCIEDADE.**

**CATOLÉ DO ROCHA – PB  
2017**

**ERLANY GOMES DA SILVA**

**O BILINGUISMO COMO METODOLOGIA PARA A INCLUSÃO DE SURDOS NA  
ESCOLA E NA SOCIEDADE.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura  
Plena em Letras, da Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título  
de licenciada em Letras.

**Orientador (a):** Eianny Cecília de Abrantes Pontes.

**CATOLÉ DO ROCHA - PB  
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586b Silva, Erlany Gomes da.  
O bilinguismo como metodologia para a inclusão de surdos na escola e na sociedade. [manuscrito] : / Erlany Gomes da Silva. - 2017.  
27 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Portugêses) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2017.

"Orientação : Profa. Esp. Eianny Cecília de Abrantes Pontes, Departamento de Letras e Humanidades - CCHA."

1. Inclusão. 2. Bilinguismo. 3. Surdos. 4. Educação inclusiva.

21. ed. CDD 371.9

**ERLANY GOMES DA SILVA**

**O BILINGUISMO COMO METODOLOGIA PARA A INCLUSÃO DE SURDOS NA  
ESCOLA E NA SOCIEDADE.**

Aprovado em: 14/12/2017.

**BANCA EXAMINADORA**

*Eianny Cecília de Abrantes Pontes*

Prof.ª Esp. Eianny Cecília de Abrantes Pontes (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB/ CAMPUS IV

*José Marcos Rosendo de Souza*

Prof. Msc. José Marcos Rosendo de Souza ( Examinador)  
Universidade Estadual do Ceará – UECE/FAFIDAM

*Maria Aparecida Calado de Oliveira Dantas*

Prof.ª Msc. Maria Aparecida Calado de Oliveira Dantas ( Examinadora)  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB/ CAMPUS IV

**CATOLÉ DO ROCHA - PB**

2017

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por estar presente em todos os momentos da minha vida.

A minha família, em especial meu pai **Espedito** e minha mãe **Cícera**, por ter promovido toda minha jornada acadêmica.

A minha irmã **Eliane** e ao meu querido sobrinho **Eduardo**, que cada dia me incentivavam ainda mais para que eu continuasse sempre de cabeça erguida.

A meu esposo **Railton**, por estar sempre ao meu lado me apoiando.

A todos os meus amigos, em especial a **Ana Paula**, **Beatriz** e **Gabrieli** que conheci durante a faculdade e levarei para sempre no coração.

A minha orientadora **Eianny Cecília**, por tudo que me proporcionou e, sobretudo pelos valiosos ensinamentos, paciência e perseverança.

E a todos que contribuíram direta e indiretamente para realização deste sonho.

## RESUMO

O processo de inclusão do surdo na sociedade e no âmbito escolar vem avançando com a utilização do bilinguismo nas escolas, pois a educação bilíngue tem por finalidade desenvolver duas línguas: a LIBRAS como a língua natural do surdo e a Língua Portuguesa na modalidade escrita. Desta forma, o bilinguismo provém da convivência e da aceitação com a diversidade, buscando incluir e promover as capacidades cognitivas e linguísticas do indivíduo surdo, permitindo-lhe bons resultados no setor educacional e social. O objetivo deste trabalho é discutir possibilidades para o crescimento da educação bilíngue como aceitação da diversidade linguística e social do indivíduo surdo. Com relação à base teórica os principais autores que nortearam esse estudo foram: Mantoan (2003), Goldfeld (2002), Quadros (1997) e Lima (2015). A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica, pois propôs uma reflexão sobre fatos sócio-históricos acerca do avanço da educação bilíngue para a inclusão social de alunos surdos. Com isso, podemos concluir que o bilinguismo funciona como método mais simples e eficaz no processo inclusivo do surdo, tendo em vista que a utilização dessa abordagem contribui de forma ampla e positiva para que o surdo possa estar incluído de maneira efetiva na sociedade e na escola.

**Palavras-chave:** Inclusão. Bilinguismo. Surdo.

## **ABSTRACT**

The process of inclusion of the deaf in society and in the school environment has been advancing with the use of bilingualism in schools, since bilingual education aims to develop two languages: LIBRAS as the natural language of the deaf and the Portuguese language in the written mode. In this way, bilingualism comes from coexistence and acceptance with diversity, seeking to integrate and promote in the cognitive and linguistic capacities of the deaf individual, allowing him good results in the educational and social sector. The objective of this work is to show possibilities for the growth of bilingual education as acceptance of the linguistic and social diversity of the deaf individual. Regarding the theoretical basis, the main authors that guided this study were: Mantoan (2003), Goldfeld (2002), Quadros (1997) and Lima (2015). The methodology used was a bibliographical review, as it proposed a reflection on socio-historical facts about the progress of bilingual education for the social inclusion of deaf students. With this, we can conclude that bilingualism functions as a simpler and more effective method in the inclusive process of the deaf, since the use of this approach contributes in a broad and positive way so that the deaf can be effectively included in society and at school

**Keywords:** Inclusion. Bilingualism. Deaf.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>07</b>
<b>1. O PROCESSO DE INCLUSÃO</b> .....	<b>09</b>
<b>2. EDUCAÇÃO DOS SURDOS</b> .....	<b>12</b>
<b>3. FILOSOFIAS EDUCACIONAIS PARA SURDOS</b> .....	<b>15</b>
3.1 Oralismo.....	15
3.2 Comunicação Total.....	16
3.3 Bilinguismo.....	17
<b>4. O BILINGUISMO COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO PARA SURDOS NO CONVÍVIO EDUCACIONAL E SOCIAL</b> .....	<b>19</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>24</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>26</b>



## INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a Comunidade Surda tem passado e ainda passa por momentos de dificuldades, pois ainda são vistos pela sociedade como um ser, incapaz de desenvolver suas próprias habilidades, ocasionando preconceitos e comparações indevidas e desnecessárias com a comunidade ouvinte.

Tendo em vista as dificuldades encontradas pelo sujeito surdo para se comunicar na sociedade, bem como no ambiente escolar, o presente trabalho aborda discussões sobre a concepção bilíngue como o meio mais eficaz de incluir os alunos surdos na escola, bem como na sociedade.

O processo de inclusão do surdo na sociedade e no âmbito escolar avançou com a utilização do bilinguismo nas escolas, pois a educação bilíngue objetiva desenvolver duas línguas: a LIBRAS como a língua natural do surdo e a Língua Portuguesa na modalidade escrita. Desta forma, o bilinguismo provém da convivência e da aceitação com a diversidade, buscando incluir e promover as capacidades cognitivas e linguísticas do indivíduo surdo, permitindo-lhe bons resultados no setor educacional e social.

A escolha deste tema adveio de uma inquietação de aprofundar um pouco sobre a educação bilíngue no processo de inclusão social para alunos surdos, contribuindo de forma positiva para a minha prática e formação docente e considerando ainda como aprendizado, aceitação e incentivo para a sociedade no qual se insere a comunidade surda. O objetivo deste estudo é mostrar possibilidades para o crescimento da educação bilíngue como aceitação da diversidade linguística e social do indivíduo surdo.

A metodologia utilizada é de cunho bibliográfico, pois se propõe a discutir fatos sócio-históricos sobre o desempenho do bilinguismo na inclusão de alunos surdos no meio em que vivem. Permite ainda descrever e refletir sobre conhecimentos que por meio desta pesquisa, procura buscar por teorias explicativas soluções acerca do avanço da educação bilíngue para a relação social do aluno surdo.

Esta pesquisa apresenta como base teórica alguns estudiosos que desenvolveram trabalhos voltados para esta temática. Dentre eles se destacam: Mantoan (2003), Goldfeld (2002), Quadros (1997) e Lima (2015).

Para atingir o objetivo proposto, o presente trabalho está estruturado em quatro capítulos:

O capítulo I fala sobre o processo de inclusão no Brasil, aspectos legais e definições acerca da inclusão; O capítulo II descreve sobre marcas importantes na educação dos surdos,

leis e métodos da educação dos surdos no Brasil; O capítulo III relata acerca das filosofias educacionais para surdos, especificando cada uma de suas particularidades, sendo a primeira a abordagem oralista, em segundo a comunicação total e a terceira o bilinguismo; Para finalizar o capítulo IV mostra o bilinguismo como estratégia de inclusão para surdos na sociedade e no âmbito escolar, tratando do uso da LIBRAS e da Língua Portuguesa como ferramenta fundamental no processo de inclusão de indivíduos surdos.

A conclusão retoma os pontos mais significativos, mostrando os resultados e soluções sobre o avanço da educação bilíngue na inclusão de alunos surdos.

## 1 O PROCESSO DE INCLUSÃO

O processo de inclusão no Brasil surgiu no final da década de 40, influenciado por movimentos e declarações internacionais produzidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), com a finalidade de orientar para o desenvolvimento de políticas públicas de seus países membros, entre eles o Brasil.

A partir da década de 90 começaram a desenvolver mecanismos para uma educação que pudesse incluir a todas as pessoas sem particularidades. Logo após a Conferência de Educação para Todos, ocorrida em 1990, na Tailândia, foi materializada a Educação inclusiva, objetivando na criação de novas estratégias para atender a todos sem nenhuma distinção. Sendo assim, entende-se que:

A educação inclusiva tem sido conceituada como um processo de educar conjuntamente de maneira incondicional, nas classes do ensino regular, alunos ditos normais com alunos deficientes ou não, que apresentam necessidades educativas especiais. A inclusão beneficia a todos, uma vez que sadios sentimentos de respeito à diferença, de cooperação e de solidariedade podem se desenvolver. (BRASIL, 1999, p.38).

Essa ideia da educação inclusiva reflete no fato de educar a todos sem exceção, ou seja, educar em conjunto de modo integrado com toda a comunidade escolar, com isso o aprendizado acontecerá de forma natural, além de beneficiar e preparar todo o âmbito escolar para conviver com as diferenças, mostrando a todos os alunos condições de aprendizagem, que atendam suas necessidades gerais e particulares, pois a inclusão proporciona um aprendizado diversificado como o respeito, o entendimento e o reconhecimento ao outro, usufruindo ainda e compartilhando de vivências e conhecimentos com pessoas diferentes de nós.

Outro ponto conveniente na história da educação foi a Conferência Mundial sobre Educação Especial, ocorrida em Salamanca, na Espanha no ano de 1994, com a finalidade de discutir sobre o processo de inclusão no sistema escolar, tendo em vista as dificuldades educativas especiais ou não. Como nos aponta a Declaração de Salamanca (1994, p.17-18):

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. Todas essas condições levaram a uma série de desafios para os sistemas escolares.

A Declaração de Salamanca é considerada um dos mais importantes documentos que asseguram o direito de inclusão, mostrando para a sociedade que todos, independentemente de suas necessidades merecem serem respeitados e devem ter a oportunidade de aprendizagem.

Com isso o sistema escolar deve está adequado a todas as diversidades e dificuldades mostrando que toda criança deve aprender coletivamente e que é papel da escola corresponder a todas as necessidades que cada um apresenta, assegurando uma educação de qualidade para todos.

O processo inclusivo chega ao Brasil tendo como peça fundamental a Constituição Federal de 1988, a qual discorria em seus escritos o direito de educação a todos (Brasil, 1988) e com a criação da lei nº 9394/96-Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação que assegurava o acesso e a estabilidade das pessoas com necessidades educativas especiais priorizando o ensino regular, como é estabelecida no capítulo V, art. 58, que “a educação dos alunos com necessidades especiais deve acontecer preferencialmente na rede regular de ensino”.

O termo inclusão determina que todas as crianças, sejam elas deficientes ou não, precisam estar incluídas em questões educacionais e sociais, pois a mesma propõe que a sala de aula de ensino regular obtenha recursos que possam suprir as necessidades de acordo com cada aluno, referindo-se a vida social e educativa. Segundo Mantoan(2003) a inclusão escolar liga-se a alguns movimentos que buscam por justiça e igualdade para crianças portadoras de necessidades especiais, com o intuito de transformar o ensino padrão em um modelo educacional inclusivo.

No processo de inclusão faz-se necessário repensar em uma reforma no sistema educacional, ou seja, modificar o ensino regular, pois todas as pessoas têm capacidade de aprender independentemente de suas necessidades. Como afirma Mantoan (2003, p.16), “as escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades”. No entanto, as escolas inclusivas vieram para proporcionar condições favoráveis de acordo com a necessidade educacional de cada aluno.

A Educação Inclusiva vem desfazer alguns modelos de paradigmas existentes em nossa sociedade, tendo em vista que todos os indivíduos adquirem conhecimentos por meio de sua individualidade, pois cada um apresenta diferenças, onde desenvolvem seus próprios saberes e buscam por uma aprendizagem satisfatória com o anseio de suprir suas necessidades.

Entende-se que antes as pessoas que precisavam de atendimento educacional diferenciado eram consideradas deficientes, incapazes e algumas vezes chamadas de mal-educadas, por serem apenas integradas na escola, sendo que o aluno teria que se adaptar a vivência na sala de aula, atualmente com o modelo inclusivo a escola deve contribuir e

colaborar com subsídios necessários para o desenvolvimento do aluno na sala de aula do ensino regular.

A Educação Inclusiva já está presente nas escolas, mas busca ainda por melhorias que assegurem nas pessoas com necessidades especiais um desenvolvimento educacional satisfatório. Para isso, a escola deve se organizar para encarar o desafio de proporcionar uma educação com qualidade para todos, pois atualmente o papel da escola é trabalhar com essa diversidade na tentativa de construir novos conceitos no processo de ensino e aprendizagem, excluindo em definitivo a idéia de que alunos com necessidades educacionais especiais sejam apenas integrados neste processo educacional.

Para que a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino se concretize, é preciso que a escola juntamente com seus funcionários se organize e planeje projetos educacionais, recursos e métodos que apresentem diferentes maneiras de aprendizagens, permitindo o desempenho escolar e ampliando suas perspectivas para assim oferecer um ensino útil e proveitoso.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira) 9394/96, em seu art. 59º aponta que a educação escolar de pessoas com necessidades especiais deve ser oferecida na rede regular de ensino, consistindo em alguns pontos. São eles:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I- currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; (BRASIL/MEC, 2010, p. 43)

Estas são, sem dúvida, algumas medidas que devem ser utilizadas para o processo educacional de pessoas com deficiência, mais especificamente aos Surdos.

## 2 EDUCAÇÃO DOS SURDOS

No decorrer da história do surdo, a sociedade, na maioria das vezes, apresentava aspectos negativos relacionados a vivência do sujeito surdo, pois antes não era permitido que o indivíduo surdo fosse inserido na sociedade e não havia nenhum movimento organizado que mostrasse condições de inseri-los para que pudessem viver normalmente. Como nos expõe Goldfeld(2002, p. 27):

A ideia que a sociedade fazia sobre os surdos, no decorrer da história, geralmente apresentava apenas aspectos negativos. Na antiguidade, os surdos foram percebidos de formas variadas: com piedade e compaixão, como pessoas castigadas pelos deuses ou como pessoas enfeitiçadas, e por isso eram abandonadas ou sacrificadas.

No passado o indivíduo surdo não tinha acesso à escola e não apresentava nenhum tipo de interação com a comunidade, pois eram considerados como um ser não educável e não cidadão, sendo eles excluídos e marginalizados pela sociedade. O surdo era visto pela sociedade como um ser incapaz de aprender e de assimilar o que era ensinado, provocando no mesmo o seu próprio desenvolvimento, porém, após o século XV, um médico italiano por nome de Girolamo Cardano afirmou que o surdo deveria ser educado e instruído e tentou ensinar aos surdos fazendo uso de sinais e da língua escrita, mas não deu continuidade, pois priorizou a medicina.

Os primeiros educadores de surdos surgiram na Europa, a partir do século XVI, desenvolvendo diferentes metodologias de ensino, nas quais se utilizava da língua oral, da datilologia (representação manual do alfabeto), da língua de sinais e outros códigos visuais. Para Almeida(2014, p.35) “sua principal preocupação está em estabelecer processos comunicativos entre surdos e surdos, surdos e ouvintes”. Desde então, esses diferentes modos de processos comunicativos são estabelecidos para facilitar na comunicação entre surdos e surdos e surdos e ouvintes.

Para Campello(2007) a língua de sinais começa a ser apresentada, pelo italiano Girolamo Cardano, que criou sinais para a comunicação e ensinou os surdos a ler e escrever. A partir dos recursos de sinais de Girolamo Cardano, o monge beneditino espanhol, Pedro Ponce de Leon percebeu que os surdos podiam oralizar e desenvolveu um treinamento de voz e leitura labial, incluindo ainda a datilologia. Entretanto, foi na França que a língua de sinais, já utilizada pelas ruas de Paris, ganhou vez e expressão através do trabalho de instrução formal desenvolvido pelo Abade de L'Epée.

Em 1750, surgiu na França Abade Charles Michel de L'Epée, defensor do gestualismo e pessoa significativa no processo da história da educação dos surdos, o mesmo apresentou

metodologias que foram consideradas de grande relevância para a educação dos surdos. Com isso, Abade de L'Épée estudou os sinais e criou outros, os quais denominou de Sinais Metódicos, uma mistura da língua de sinais com a gramática sinalizada francesa. Transformou sua casa numa escola para surdos, atendendo todos independentemente de níveis sociais, obtendo sucesso.

Na mesma época, surge Samuel Heinick, na Alemanha, considerando que o ensino da língua oral e a rejeição da língua de sinais ocasionavam numa integração do surdo com a comunidade geral. Heinick também foi o primeiro a constituir uma escola pública baseada no método oral, onde educava os surdos somente na língua oral. Sua metodologia não conseguiu suprir as necessidades educativas do surdo, sendo negados artifícios suficientes para ampliação de seu instituto, repercutindo fortemente nos argumentos de L'Épée.

Sacks relata que o século XVIII foi um período muito produtivo na história da educação dos surdos, pois com o método de L'Épée foram desencadeados vários fatores que favoreceram na educação do indivíduo surdo, como a criação de escolas para surdos, a saída dos surdos da negligência e na rápida conquista de posições, sendo que antes eram dominados pelas limitações comunicativas estabelecidas pela comunidade ouvinte. Segundo Sacks (1989, p.37):

Esse período que agora parece uma espécie de época áurea na história dos surdos testemunhou a rápida criação de escolas para surdos, de um modo geral dirigidos por professores surdos, em todo o mundo civilizado, a saída dos surdos da negligência e da obscuridade, sua emancipação e cidadania, a rápida conquista de posições de eminência e responsabilidade – escritores surdos, engenheiros surdos, filósofos surdos, intelectuais surdos, antes inconcebíveis, tornaram-se subitamente possíveis.

No século XVIII, a língua de sinais passou a ser utilizada alcançando grande êxito, pois nesse período teve o aumento de escolas para surdos e os mesmos foram permitidos a aprender e dominar a língua de sinais para se comunicarem com a sociedade e alcançarem sucesso na vida profissional.

A educação de surdos no Brasil teve início no ano 1857, com a fundação do Instituto Nacional de Surdos, tendo como principal fundador da história do surdo no Brasil o professor Francês Harnest Huet, que emigrou para o nosso país em 1855, sendo que em 1857 deu início aos trabalhos no Instituto utilizando o mesmo método de L'Épée, que fazia usada língua de sinais, já conhecida pelos alunos. Atualmente, o INES é mantido pelo Governo Federal, que atende crianças, jovens e adultos surdos que necessitam de atendimento especializado.

O Instituto Nacional de Educação de Surdos alfabetizava com a língua de sinais, sendo a primeira escola a aplicar essa língua como metodologia de ensino. A partir do Congresso de

Milão, a língua de sinais no Brasil deixou de se desenvolver, pois participantes desse Congresso votaram, em benefício dos métodos oralistas na educação dos surdos. Mesmo com a influência ativa do oralismo, os surdos brasileiros buscavam outras formas de comunicação, entre elas a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), oficializada e instituída no Brasil a partir da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. No parágrafo 1º do artigo 1º diz que:

A Língua Brasileira de Sinais é finalmente reconhecida legalmente como a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas no Brasil. (BRASIL/MEC, 2010, p. 43)

No século XX, no Brasil, as secretarias de educação dos municípios e estados passaram a coordenar o ensino de crianças com necessidades especiais, denominadas portadoras de deficiências e criaram diversas salas de recursos e os CAEDAs (Centro de Atendimento Especializado para alunos com Deficiência Auditiva para surdos), além de várias Escolas Especiais e Inclusivas, a fim de garantir e atender todos os alunos matriculados nas escolas brasileiras.

O Brasil adotou com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB nº 9394/96, propostas que asseguram a inclusão escolar, dando ênfase aos alunos com algumas necessidades especiais.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL/MEC, 2010, p. 43)

De acordo com a Lei nº 9394/96 as escolas, preferencialmente na rede regular de ensino, deverão oferecer aos alunos portadores de necessidades especiais métodos de ensino que venham a suprir suas necessidades, promovendo atendimentos especializados para a integração desses alunos e acesso dos mesmos a alguns direitos sociais do estado.

No decorrer da história da educação de surdos foram apresentadas várias marcas importantes durante todo o processo, entre elas o oralismo e a proibição da língua de sinais, que se estendeu em sala de aula até 1957. No fim da década de 1970 surge a comunicação total e logo após em 1980 o bilinguismo. Já em 1994, a Língua de Sinais Brasileira passa a



fazer uso da abreviação LIBRAS, criada pela comunidade surda. Atualmente as três filosofias são utilizadas e tem trabalhos representativos com o surdo.

### **3.FILOSOFIAS EDUCACIONAIS PARA SURDOS**

Ao longo da história foram aplicadas três grandes filosofias educacionais, são elas: o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo. Estas três filosofias tratam do mesmo assunto, e podem ampliar o conhecimento em torno da história do surdo, fornecendo elementos positivos entre elas e refletindo em alguns problemas cometidos para que os mesmos sejam resolvidos.

#### **3.1 Oralismo**

Após o Congresso de Milão, em 1880, adotou-se o Oralismo, método que considera a oralidade como único meio de comunicação e de educação para os Surdos, sendo proibido o uso da língua de sinais na educação desses indivíduos. Dessa forma, a oralização passou a ser o principal objetivo no processo educativo das pessoas Surdas, onde as mesmas passavam o tempo todo se dedicando a este aprendizado e deixando de lado outras peculiaridades importantes, como sua própria identidade.

Goldfeld(2002, p.33) define que:

O Oralismo ou filosofia oralista visa à integração da criança surda na comunidade de ouvintes, dando-lhe condições de desenvolver a língua oral. A noção de linguagem, para vários profissionais dessa filosofia, restringe-se à língua oral, e esta deve ser a única forma de comunicação dos surdos.

A perspectiva oralista defende a língua falada como método de aprendizagem e desenvolvimento de indivíduos surdos. Essa concepção para Goldfeld (2002) é baseada em um modelo clínico, destacando a relação da pessoa surda com grupos de ouvintes, sendo eles inseridos integralmente na sociedade.

A autora enfatiza que:

O Oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva. Essa estimulação possibilitaria a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte e desenvolver uma personalidade como a de um ouvinte. Ou seja, o objetivo do Oralismo é fazer uma reabilitação da criança surda em direção à normalidade, à “não-surdez” (GOLDFELD, 2002, p.34).

Nessa perspectiva, a Surdez é vista como uma deficiência a ser superada pela busca da normalidade e da integração com a comunidade ouvinte, mostrando que a criança, desde seus primeiros anos de vida, seja submetida a um processo de reabilitação da fala que inicia com a estimulação auditiva e que consiste na competência linguística oral, possibilitando no

desenvolvimento emocional, social e cognitivo do sujeito surdo. Para isso, faz-se uso de algumas técnicas, como: o treinamento auditivo, o desenvolvimento da fala e a leitura labial.

A filosofia oralista faz uso de vários métodos de oralização, como: verbo-tonal, audiofonatória, aural, acupédico etc., baseando-se no fato de que a língua oral é a única forma de comunicação do indivíduo surdo e rejeitando qualquer aperfeiçoamento gestual. A metodologia bastante utilizada no Brasil é a audiofonatória, conhecida também como Perdoncini, por ser uma grande defensora do oralismo.

No decorrer das práticas oralistas, os surdos pronunciavam apenas algumas palavras de forma repetida sem saber o significado e o sentido real das palavras. Com isso, os surdos não aprenderam a falar de forma adequada, resultando num alto índice de analfabetos surdos, trazendo ainda marcas negativas na vida de muitos deles até os dias de hoje. Para Goldfeld (2002, p.38):

A história da educação de surdos nos mostra que a língua oral não dá conta de todas as necessidades da comunidade surda. No momento em que a língua de sinais passou a ser mais difundida, os surdos tiveram maiores condições de desenvolvimento intelectual, profissional e social.

Contudo, os esforços para atingir e realizar o objetivo de possibilitar e desenvolver a aquisição natural da linguagem do surdo não obteve sucesso, no entanto, com a insatisfação da comunidade surda com a filosofia oralista, na década de 70 foi surgindo uma nova abordagem, no qual denominaram de Total Approach, ou seja, Abordagem total, que se conhece nos dias atuais como a Comunicação Total.

### **3.2 Comunicação Total**

A Comunicação Total defende o uso de qualquer forma de comunicação para o ensino de Surdos, seja através da língua oral, de sinais ou ainda por meios de códigos manuais. Essa perspectiva tem como objetivo desenvolver no surdo a comunicação e integração, tendo em vista também a superação nas falhas ocorridas pelo oralismo.

Uma das grandes diferenças entre a Comunicação Total e as outras filosofias educacionais é o fato de a comunicação Total defender a utilização de qualquer recurso linguístico, seja a língua de sinais, a linguagem oral ou códigos manuais, para facilitar a comunicação com as pessoas surdas. A Comunicação Total, como o próprio nome diz, privilegia a comunicação e a interação e não apenas a língua (GOLDFELD, 2002, p.40).

Para os defensores da Comunicação Total, o surdo não é visto como um “deficiente”, mas como uma pessoa, e a surdez, como uma marca que reflete na ampliação afetiva e cognitiva, relacionadas ainda com a vivência social dessa pessoa, ou seja, o surdo é considerado uma pessoa com descrições postas na sua relação com o outro e na maneira de conhecer o mundo.

No Brasil surgiram vários códigos manuais, diferentes da língua de sinais, tendo como objetivo, facilitar o convívio entre surdos e ouvintes e promover a aquisição da linguagem do sujeito surdo. De acordo com Goldfeld (2002, p.40) são utilizados:

A datilologia, também chamada de alfabeto manual (representação manual das letras do alfabeto), o *cued-speech* (sinais manuais que representam os sons da língua portuguesa), o português sinalizado (língua artificial que utiliza o léxico da língua de sinais com a estrutura sintática do português e alguns sinais inventados, para representar estruturas gramaticais do português que não existem na língua de sinais) e o *pidgin* (simplificação da gramática de duas línguas em contato, no caso, o português e a língua de sinais).

A Comunicação Total foi bastante importante para estabelecer uma interação mais eficaz tanto para o professor quanto para o aluno surdo, pois a mesma propõe que qualquer tipo de comunicação é relevante, ampliando ainda mais a comunicação entre o surdo e a sociedade, que antes se restringia ao Oralismo.

Goldfeld (2002) considera que a comunicação total dificulta no entendimento e na formação de alunos surdos, pois a língua de sinais possui um mecanismo diferenciado da linguagem oral, fazendo com que o indivíduo surdo apresente problemas na compreensão dessas duas línguas. Como enfatiza a autora:

A língua de sinais, no entanto, não é utilizada de forma plena, como poderia ser. A Comunicação Total não privilegia o fato de esta língua ser natural (surgiu de forma espontânea na comunidade surda) e carregar uma cultura própria, e cria recursos artificiais para facilitar a comunicação e a educação dos surdos, que podem provocar uma dificuldade de comunicação entre surdos que dominam códigos diferentes da língua de sinais (GOLDFELD, 2002, p.42).

No decorrer dessas duas abordagens, o surdo ainda passava por muitas dificuldades, pois ainda não obtinha um respeito devido com sua língua natural e com sua própria cultura, no meio de uma sociedade que valorizava somente a comunicação oral-auditiva, no entanto, surge na década de 80, o Bilinguismo, permitindo ao surdo desenvolver a língua de sinais como primeira língua e utilizar a linguagem escrita como segunda língua.

### 3.3 Bilinguismo

O pressuposto básico da filosofia bilíngue surgiu na década de 80 com a finalidade de desenvolver habilidades no aprendizado do surdo, através de duas línguas: a língua de sinais como a primeira língua e a língua portuguesa na modalidade escrita, como segunda língua.

Segundo Quadros (1997), o Bilinguismo:

[...] é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõe a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino de língua escrita (QUADROS, 1997, p.27).

Nesse contexto, a educação bilíngue tem por finalidade o desenvolvimento linguístico e cognitivo, em paralelo com o aprendizado de uma criança ouvinte. Além disso, essa proposta tenta mostrar uma ligação entre o surdo e o ouvinte, facilitando no crescimento da educação do sujeito surdo, visto que a partir da formação de sua língua natural, a Libras, o surdo desenvolve a capacidade de dominar a segunda língua, na modalidade escrita com mais eficácia.

Os pesquisadores do bilinguismo veem o surdo de forma diferenciada das outras abordagens mencionadas anteriormente, pois a surdez não é vista como uma “deficiência” que precisa ser tratada. Para os bilinguistas o surdo não precisa se assemelhar a um ouvinte, sendo que nesta concepção ocorre a aceitação da surdez, deixando de ver o surdo como incapaz e diferente, e visando no oferecimento de oportunidades para que o mesmo possa desenvolver seus potenciais por meio da comunicação fazendo uso da língua de sinais como língua de instrução e construção do conhecimento.

A abordagem bilíngue baseia-se ainda no fato do surdo ser bilíngue e bicultural, pois Lima(2015, p.110) nos diz que “a criança surda, que se desenvolve convivendo com as culturas surda e ouvinte, será inevitavelmente um indivíduo bicultural”, isto é, convive no cotidiano com duas línguas e duas culturas. Portanto, o biculturalismo vem proporcionar ao surdo uma convivência ativa e uma aproximação com a comunidade ouvinte, facilitando no desenvolvimento cognitivo e social do surdo, assim formando o conceito mais importante da filosofia bilíngue.

## 40 BILINGUISMO COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO PARA SURDOS NO CONVÍVIO EDUCACIONAL E SOCIAL

O surdo possui suas próprias características e individualidades, porém estão inseridos em uma sociedade numerosa de ouvintes, com seus costumes e hábitos comunicativos, sendo necessário que o surdo seja associado a esses costumes para que possam manter uma relação social e cultural dentro da comunidade ouvinte. Porém, Goldfeld (2002, p.42) expõe que “para os bilinguistas, o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo aceitar e assumir sua surdez”, sendo este um conceito importante na filosofia bilíngue, pois a mesma relata que “os surdos formam uma comunidade, com cultura e língua próprias”.

O Bilinguismo no processo de inclusão de alunos surdos assume o conhecimento de duas línguas, a Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda língua, apresentando, assim, reflexões no processo de aprendizagem. Como enfatiza Lima:

O bilinguismo defende a condição do sujeito surdo visando garantir seus direitos linguísticos e de cidadania. Os estudantes surdos têm o direito de serem educados na sua primeira língua e, também, o direito de aprenderem a Língua Portuguesa, como segunda língua, na modalidade escrita. A educação destinada aos surdos deve ter como língua de instrução a Libras, assim como os ouvintes brasileiros são educados na Língua Portuguesa (LIMA, 2015, p.79).

Dessa forma, o Bilinguismo busca desenvolver capacidades na língua de sinais e na língua escrita para que sejam aceitas e conhecidas por todos na diversidade social. É através da Língua de Sinais que o surdo mostra sua própria identidade, contribuindo ainda no contexto educacional, passando a ser mais significativa e valorizada, desempenhando sua função no processo de ensino-aprendizagem na escola e na sociedade.

Como visto anteriormente a Libras teve seu reconhecimento pela lei n.º 10.436/2002 tornando-se a língua oficial do país, assim como a Língua Portuguesa, assegurando seus direitos de inclusão nos mais diversos meios da sociedade, além de mostrar vários aspectos fortemente ligados à educação bilíngue, entre eles o modo de se comunicar da comunidade surda. A educação bilíngue surge oficialmente através do decreto n.º 5.626/2005 aumentando a capacidade do surdo no processo de ensino-aprendizagem através das duas línguas a Libras e a Língua Portuguesa na modalidade escrita. Segundo relata Lima:

[...] o reconhecimento da Libras pela Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, é uma grande conquista da comunidade surda – surdos (as), pais e familiares de surdos(as), intérpretes, pesquisadores (as), professores (as). A Lei torna a Língua Brasileira de Sinais também língua oficial do nosso País, como a Língua Portuguesa, garantindo a sua inclusão em diferentes espaços da sociedade, além de apresentar diferentes desdobramentos que fortalecem os direitos lingüísticos da comunidade surda e, dentre eles, a educação bilíngue (Art. 22,II, § 1º) (LIMA, 2015, p.76) .

Com a utilização da educação bilíngue no contexto inclusivo, a Libras é de extrema importância e torna-se indispensável na prática bilíngue, permitindo ao surdo dominar a língua escrita ou oral e expressar-se de forma permanente e clara, possibilitando no mesmo o processo comunicativo com outros surdos e ouvintes. No entanto, a filosofia bilíngue trouxe mudanças no pensamento social, mostrando que é preciso respeitar as particularidades de cada um dos sujeitos e incluí-los no âmbito social e educacional.

De acordo com Souza (2015, p.48):

(...) ao tratarmos de inclusão de indivíduos surdos, é pertinente levar em consideração sua Identidade (pela qual devemos enxergá-los não como deficientes auditivos, portadores de necessidades especiais, “mudinhos” e tantos outros rótulos já criados, e sim como Surdos) e trazê-la para o espaço escolar, pondo em prática, verdadeiramente a Inclusão.

Nesse sentido, o espaço escolar deve abrir as portas para reconhecer e adotar a cultura surda, proporcionando meios para que o sujeito surdo não seja visto como um deficiente auditivo, mas como alguém que apresente sua própria identidade cultural e características significativas suas. Com isso é necessário que as escolas assegurem um ensino igualitário, sem anormalidades e marcas negativas, reconhecendo a identidade surda e botando em prática a verdadeira inclusão.

A escola assume um papel importante no processo de aprendizagem do surdo dentro da sociedade, sendo preciso que o sujeito surdo seja matriculado logo cedo contando com a presença de todos os profissionais e familiares, pois os mesmos devem conhecer e usar sua língua natural, podendo ajudá-lo no desenvolvimento comunicativo entre todos do seu meio.

A criança ouvinte adquire com facilidade a língua oral-auditiva do país, no caso do Brasil, o português, sendo que uma criança surda também pode aprender e usar com naturalidade a língua visuo-espacial, a Libras, tornando-a como sua primeira língua. No entanto, os sujeitos surdos e ouvintes fazem uso de uma língua diferente da outra, cada uma com sua estrutura gramatical, mas que convivem no mesmo país.

O aluno surdo deve adquirir primeiramente a língua de sinais/LIBRAS, permitindo ao surdo aprender a leitura e a escrita própria de sua comunidade, pois, segundo Quadros (1997) qualquer metodologia aplicada no desenvolvimento da leitura e da escrita de uma segunda língua indica que o aluno já domine sua primeira língua. Assim, necessariamente, os alunos surdos devem ser alfabetizados em Libras para depois iniciar a alfabetização na Língua Portuguesa escrita.

Quanto ao ensino da escrita da Língua Portuguesa como segunda língua dos surdos, deve-se considerar, segundo Quadros (1997), que essa língua é de modalidade gráfico-visual,

ao contrário da Libras, que é visual-espacial. Assim, a autora enfatiza que ela deve ser ensinada de forma diferenciada para as crianças surdas, por meio de estratégias e técnicas próprias para o ensino de segunda língua, partindo de habilidades já adquiridas com a aquisição de sua primeira língua.

O desenvolvimento sócio-cultural, afetivo, cognitivo e linguístico do indivíduo Surdo não dependem precisamente da audição, mas sim do desempenho espontâneo da sua língua. A Língua de Sinais propicia no crescimento linguístico e cognitivo do surdo, facilitando o processo de aprendizagem da língua oral, apoiando na leitura e na compreensão de textos escritos e beneficiando a produção escrita.

É importante ressaltar que a educação do surdo deve ser bilíngue, como nos enfatiza Lima:

A educação bilíngue reconhece a importância de ambas as línguas – a Libras e o Português – para o desenvolvimento cognitivo, social e político dos estudantes surdos. Nesse viés de educação, essas línguas devem apresentar uso efetivo entre os sujeitos e status de igualdade no espaço escolar. Porém, referente ao ensino, é necessário atentar para as particularidades gramaticais e históricas de cada uma, tendo em vista as suas diferenças (LIMA, 2015, p.78).

A escola bilíngue almeja um ensino igualitário, onde traz oportunidades e perspectivas no processo de aprendizagem. Para amenizar as dificuldades dos alunos surdos e para que realmente comece a acontecer a inclusão, o ambiente escolar deve estar bem estruturado fisicamente e aprimorar na busca de recursos linguísticos, para que o surdo desenvolva naturalmente na língua, fazer uso de recursos visuais e equipamentos tecnológicos, utilizarem estratégias pedagógicas que facilitem a comunicação em grupo, manter contatos com adultos surdos e com pessoas que façam uso da língua de sinais, com o intuito de preparar o indivíduo surdo para os desafios da vida.

Para que a inclusão do estudante surdo se torne uma realidade em nosso país é necessário que haja uma conexão nas políticas públicas, onde possam oferecer programas de orientação e treinamento para os profissionais e o fornecimento necessário de subsídios para os alunos.

É no entrelaçamento entre a educação geral, a educação especial e a proposta de educação para todos, em suas dimensões relacionadas às políticas públicas, à formação de professores e às práticas pedagógicas, que se inicia a discussão em torno dos desafios, das possibilidades e das ações para que o processo de inclusão educacional da pessoa com necessidades educacionais especiais seja implementado. O especial e o comum são vistos como dois problemas distintos que „vem disputando o mesmo espaço, o mesmo lugar físico: a escola pública“. (KASSAR, 1995, p. 27)

Entretanto, para que a inclusão de alunos se torne uma realidade em nossa sociedade, é preciso que haja uma junção de uma política inclusiva ativa, agregada a um fornecimento

financeiro apropriado, com programas de orientação, treinamento profissional e práticas pedagógicas necessárias. Portanto, a partir do momento que a escola e os profissionais que nela trabalha se prepararem e começarem a valorizar a diversidade se efetivara o processo inclusivo tornando se uma escola de qualidade para todos, sem distinção.

A vivência escolar admite que a inclusão seja possível quando se dispõe de subsídios como a preparação e atenção por parte dos professores, o apoio especializado para os que têm necessidade e a concretização de adaptações curriculares. A adaptação do currículo é uma das opções para o sucesso da aprendizagem do indivíduo surdo, pois nele ocorre uma alteração nos conteúdos trabalhados, na metodologia a ser seguida, na forma de avaliar, na organização didática e na estrutura curricular.

Para que a inclusão do surdo se efetive ainda mais é necessário que ocorra uma interação entre família e escola, sendo que os dois influenciam de forma direta no processo educacional do aluno surdo, consistindo na importância da participação ativa dos pais e na formação do surdo, pois o processo inclusivo deve acontecer antes de tudo no meio familiar, sendo que dificilmente um indivíduo surdo conseguirá sucesso em seu meio se não possuir um suporte familiar que aceite sua surdez como uma normalidade e desperte nele sua capacidade de conviver no mundo ouvinte.

O ambiente familiar e escolar devem considerar as necessidades e especificidades educacionais e sensoriais do Surdo, respeitando seu potencial intelectual e cognitivo, já que as condições mentais próprias ao sujeito surdo são diferentes e exige uma metodologia diferenciada. Com isso, é necessário que se analise o processo de construção do conhecimento e inicie uma nova forma de reeducação e organização de novas metodologias reflexivas, através do potencial de aprendizagem de cada aluno surdo.

O ideal para alcançar uma verdadeira inclusão nas escolas de ouvintes é a preparação para oferecer aos alunos surdos um bom desempenho, como, transmitir os conteúdos pela língua de sinais, por meio de recursos visuais, a fim de ampliar a memória visual e desenvolver no surdo o hábito da leitura, oferecer também apoio aos professores especialista na língua de sinais e proporcionar intérpretes nas salas para que o surdo obtenha um acompanhamento adequado. Outra perspectiva é contar com o apoio de professores e instrutores surdos, pois isso faz com que a educação passe por uma nova reforma, visto que a escola está apenas adequando de forma constrangida o sujeito surdo.

Fazer uso do bilinguismo não é tão fácil e simples quanto parece, trata-se de duas línguas, sendo que uma exige novas práticas pedagógicas distintas e adequadas ao sistema educacional, na qual indica a um conhecimento visual, ou seja, esta língua busca por novas



funções e responsabilidades partilhando por uma formação e por um ensino de qualidade, mostrando que o surdo precisa estudar e lutar para conquistar sua diferença cultural e linguística.

Portanto, o bilinguismo contribui de maneira prática para um amplo desenvolvimento da inclusão dos surdos na escola, pois o mesmo mostra que toda sociedade é responsável por essa inclusão, sendo que para isso acontecer, a comunidade em geral precisa ter consciência e respeitar a cultura surda e assim poderá transformar a realidade. Com isso, podemos ver o bilinguismo como um método eficaz nos padrões de desenvolvimento no indivíduo surdo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo foi realizar pesquisas sobre o bilinguismo como ferramenta de inclusão do surdo na sociedade e no âmbito escolar mostrando possibilidades para o crescimento e aceitação do indivíduo surdo. No caso da inclusão do aluno surdo, a escola tem um papel fundamental no seu desenvolvimento, sendo necessário que os profissionais de educação façam uso da metodologia bilíngue. Notamos que para isso acontecer existe leis que asseguram para o desenvolvimento inclusivo e educacional dos surdos, mas ainda precisa ser bastante debatida, tanto no âmbito escolar como no convívio social.

O presente trabalho apresentou em seu primeiro capítulo, como se deu o processo de inclusão no Brasil e seus aspectos legais, mostrando que a inclusão é um paradigma que deve ser inserido e trabalhado no cotidiano escolar e social fazendo com que todos aqueles que apresentem alguma necessidade especial possam estar preparados para conviver com todos sem distinção. O capítulo apontou ainda que a inclusão neste trabalho referiu-se à Comunidade Surda.

O segundo capítulo descreveu com clareza pontos relevantes sobre a história da educação do surdo, mostrando que a comunidade surda passou por muitas lutas que ainda se vincula até os dias atuais, mas com a utilização das leis que vigora até os dias de hoje pode-se perceber vantagens no processo de escolarização do surdo, ou seja, atualmente o indivíduo surdo tem suas individualidades, sua língua e em consequência vive em sociedade.

No terceiro capítulo vimos às três filosofias educacionais que ganharam destaque na educação dos surdos, o Oralismo, a Comunicação Total e o Bilinguismo, mostrando ainda as particularidades de cada uma. A filosofia oralista considerava a fala como uma prática fundamental na comunicação e no desenvolvimento do surdo, a Comunicação Total defendia o uso de qualquer forma de comunicação e o Bilinguismo permitia ao surdo o desenvolvimento cultural e educativo através de duas línguas, a de Sinais e a Língua Portuguesa.

Por fim o capítulo quatro defende o bilinguismo como principal ferramenta de inclusão possibilitando a comunidade surda a ser inserida de maneira significativa no convívio social e educacional. Sendo que a inclusão de indivíduos surdos na sociedade e no ambiente escolar vem se concretizando a cada dia, mas de forma lenta, pois as escolas precisam buscar por melhorias tanto em sua estrutura como nos projetos pedagógico e na

formação dos educadores para que possam desempenhar nesses alunos condições favoráveis de aprendizagem e de convivência no meio em que vivem.

Observamos ainda a importância da família nesse processo, pois é fundamental a participação ativa dos familiares no ambiente escolar para que assim obtenhamos sucesso no processo inclusivo. Deste modo é por meio da família que o surdo dá início a sua própria identidade, mas é através do desempenho educacional que o mesmo se desenvolve.

Portanto o bilinguismo funciona como método mais simples e eficaz no processo inclusivo do surdo, tendo em vista que a utilização dessa abordagem contribui de forma ampla e positiva para que o surdo possa estar incluído de maneira efetiva na sociedade e na escola.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Magno Pinheiro de. **Língua de sinais x libras**: uma abordagem da historiografia linguística. Campo Grande: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2014. Disponível em: <[http://www.uems.br/pgletras/arquivos/2\\_2014-05-23\\_18-54-27.pdf](http://www.uems.br/pgletras/arquivos/2_2014-05-23_18-54-27.pdf)>. Acesso em: 21-05-2017.

**BRASIL**. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC, 1999.

CAMPELLO, Ana Regina e Sousa. Pedagogia visual/sinal na Educação dos Surdos. In: **Estudos Surdos II**. Ronice Müller de Quadros e Gladis Perin (orgs.). Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.

**DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHAS DE AÇÃO**: Sobre necessidades educacionais especiais. Brasília: Corde, 1994

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista. 7º ed. São Paulo: Plexus, 2002.

KASSAR, M. **Ciências e senso comum**: cotidiano das classes especiais. Campinas: Papyrus, 1995.

LIMA, Camila Machado de. **Educação de surdos**: desafios para a prática e formação de professores. Rio de Janeiro: wak, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

QUADROS, RoniceMüllerde. **Educação de Surdos**: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes**: uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

SOUZA, José Marcos Rosendo de. **Entre palavras e sinais**: letramento literário, surdez e inclusão. São Carlos; Pedro & João Editores, 2015